RELATÓRIO E CONTAS

2023

ÍNDICE

Relatório de Gestão 3
Demonstrações Financeiras 28
Parecer do Conselho Fiscal 73
Certificação Legal das Contas 74

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, a Mesa Administrativa vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da "Santa Casa da Misericórdia de Meda", contribuinte nº 501233296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Meda. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2023.

ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929. Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949

do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados "Centros de Saúde" que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando incutir, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de março do ano de 1999.

Enquadramento Económico

O ano de 2023 continuou a ser marcado pela guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. Também surgiu o conflito no médio oriente entre Israel e a Palestina, de contornos difíceis de avaliar. A taxa de inflação baixou depois de um máximo histórico no ano na área do euro e o valor mais elevado das últimas décadas anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão. Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macro prudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. Durante o ano de 2023 começou a sentir-se de forma significativa uma melhoria dos indicadores de recuperação económica. Assim, o processo de recuperação económica continuou o percurso ascendente e vários países ultrapassaram os níveis pré-pandémicos de atividade económica de finais de 2019.

Os efeitos da guerra têm feito sentir-se nas principais variáveis macroeconómicas dos países, bem como ao nível micro, com as empresas a ajustaram as suas decisões nomeadamente na aquisição de produtos de forma a controlarem os custos de matérias primas e da energia. No entanto, espera-se que a recuperação continue a acontecer, embora de forma desigual. A maioria das economias avançadas deverá continuar a sua trajetória de produção pré-pandémica, mas com um maior endividamento e ainda com um potencial de crescimento subjacente ainda modesto. Deve ser notado o potencial abrandamento do crescimento da economia chinesa, com potenciais impactos nas economias europeia e portuguesa.

Note-se ainda que em todas as economias surgiram pressões inflacionistas mais fortes e duradouras e situações de carência de mão-de-obra, embora o emprego ainda não tivesse recuperado totalmente. Este padrão deverá permanecer por um período mais longo do que o

inicialmente esperado. A subida dos preços da energia representa um risco importante, sendo de esperar uma política monetária mais restritiva, deprimindo a procura e, dessa forma, provocando uma desaceleração económica.

Economia Mundial

Na economia mundial, no ano de 2023 prevê-se que tenha fechado uma desaceleração do crescimento do PIB, que deve ficar em torno de 2,8%, o que indica uma continuação das tendências de crescimento lento. De notar que as economias em desenvolvimento têm vindo a procurar recuperar das perdas induzidas pela pandemia, com muitas delas a enfrentarem uma dívida elevada e défices de investimento.

Nos Estados Unidos da América prevê-se que o ano tenha fechado com um crescimento do PIB de 2,5, devido principalmente à diminuição de despesas, incluindo taxas de juro elevadas e um mercado de trabalho menos dinâmico. A China deverá registar um abrandamento moderado, com um crescimento de cerca de 5,3%, enquanto a Europa e o Japão também enfrentam taxas de crescimento baixas. Em África o PID deverá aumentar cerca de 3,3%. A dívida elevada continua a ser uma preocupação importante para estas nações.

O mercado de trabalho apresenta divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países desenvolvidos registaram uma recuperação robusta com baixas taxas de desemprego, nomeadamente 3,7% nos EUA e 6,0% na UE em 2023, juntamente com o aumento dos salários nominais e a redução da desigualdade salarial. As perdas de rendimento real e a escassez de mão de obra colocam desafios. No entanto, os países em desenvolvimento revelam evolução distintas, sendo que a China, o Brasil, a Turquia e a Rússia registam diminuição do desemprego.

A inflação a nível mundial, após aumentos significativos em 2021 e 2022, está a abrandar para níveis mais próximos antes da pandemia. A inflação global diminuiu para cerca de 5,7% no último ano. Todavia, a inflação dos alimentos continua a ser muito importante para a economia e para o funcionamento equilibrado das sociedades.

O investimento global tem vindo a crescer a taxas de crescimento cada vez mais pequenas. De uma forma geral, os países desenvolvidos têm feito investimentos em sectores sustentáveis e

orientados para a tecnologia e as infraestruturas digitais, os países em desenvolvimento procuram evitar a fuga de capitais e a redução do investimento direto estrangeiro. As tensões geopolíticas também afetam os fluxos de investimento internacional.

O comércio internacional também tem vindo a crescer a taxas cada vez mais baixas sendo que em 2023 se deve situar em torno dos 0,6%, que tem vindo a ser influenciado pelas tensões geopolíticas, interrupções na cadeia de abastecimento e pandemia do COVID-19. Também a alteração para políticas protecionistas em alguns países afetou a dinâmica comercial, levando a uma reavaliação das cadeias de abastecimento globais e dos acordos comerciais.

Os países em desenvolvimento têm vindo a enfrentar elevados níveis de dívida externa e taxas de juro crescentes, o que dificulta o acesso aos mercados internacionais de capitais. O aumento das taxas de juro mundiais, consequência das políticas monetárias dos EUA e Europa tem levado ao aumento dos custos do serviço da dívida, com impacto na reestruturação da dívida dos países.

Economia portuguesa

A economia portuguesa prevê-se ter crescido 2,3% em 2023, tendo mantido um crescimento positivo no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior. Este crescimento económico segue-se ao crescimento de 6,7% no ano anterior que se seguiu à diminuição de 8,3% em 2020, que esteve associado aos efeitos adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. No último trimestre do ano o PIB cresceu 0,8% em termos homólogos, pelo que desacelerou face aos 1,9% do terceiro trimestre. A procura interna foi a componente que mais contribuiu para a variação anual do PIB, verificando-se o aumento do consumo privado e um abrandamento do investimento. As exportações de bens e serviços em volume tiveram um aumento superior ao das importações no último trimestre de 2023, tendo sido o quarto trimestre consecutivo em que se registaram ganhos nos termos de troca face ao mesmo período do ano anterior.

Assim, as exportações foram o maior motor do crescimento ecohómico com um aumento de 4,2% em 2023. O crescimento de 1,4% na procura interna está assente no consumo privado que teve uma subida de 1,6% face ao ano anterior. O consumo público cresceu 1,2% e o

investimento teve um aumento de 0,8%. O investimento foi o agregado que menos contribuiu para o crescimento económico.

No consumo final das famílias, as despesas em bens não duradouros subiram 1,1% no ano passado, face a um acréscimo de 5,6% no ano anterior. Já a subida com gastos em bens duradouros abrandou de 11,7% em 2022 para 7,1% no ano passado.

A inflação continuou alta para os padrões da última década, tendo ficado pelos 4,3% enquanto as taxas de juro continuaram a aumentar de forma significativa. O emprego cresceu 0,9%, sendo que a produtividade média calculada a partir do rácio ente o PIB e o número de pessoas com emprego aumentou 1,4%. A taxa de desemprego aumenta para 6,5% e agravou-se também para 6,6% no quarto trimestre.

As taxas de juro continuaram a aumentar ao longo do ano de 2023. A taxa de juro média das novas operações de empréstimos a particulares cresceu 22% ao ano anterior, o que esteve associado ao aumento das renegociações. As taxas de juro de novas operações de empréstimos aos particulares totalizaram 29,2 mil milhões de euros em 2023, mais 22% do que em 2022 (23,9 mil milhões de euros). O montante de novas operações de empréstimos concedidos às empresas ascendeu a 22,0 mil milhões de euros, enquanto os novos contratos de empréstimos representaram 84% deste valor (18,5 mil milhões de euros). As renegociações, apesar de terem aumentado 53% em 2023, representaram apenas 16% (3,5 mil milhões de euros). A taxa de juro média das novas operações de empréstimos às empresas subiu 1,23 pp entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023 (de 4,54% para 5,77%). O aumento foi comum aos empréstimos até 1 milhão de euros (+1,30 pp, para 5,84%) e aos empréstimos acima de 1 milhão de euros (+1,11 pp, para 5,72%).

A invasão da Ucrânia pela Rússia contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

As projeções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e taxas de juro e em baixa para a atividade. Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia e no médio oriente, constitui o principal fator de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais – incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais. O impacto da materialização destes riscos é um cenário adverso para a economia portuguesa. O aumento de incerteza é parcialmente contrabalançado por uma melhoria da situação epidemiológica.

Ao nível do setor

Como a atividade desenvolvida enquadra-se, principalmente, no apoio a idosos deve ser mencionado que a Misericórdia se encontra numa região do interior com uma grande incidência de desertificação da população e fortemente envelhecida. Dado o meio em que se encontra as valências têm apresentado uma taxa de ocupação plena.

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura sem fins lucrativos, salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação à atividade da Instituição.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Com o investimento efetuado, no ano de 2018 foi inaugurado do Lar Nossa Senhora de Fátima com capacidade para 40 camas, tendo a atividade continuado com normalidade. Para este lar foi conseguido acordo de cooperação com a segurança social como forma de permitir uma melhor viabilidade financeira.

VALÊNCIAS

Centro de Apoio a Idosos

Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

O Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva de Meda é uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 68 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta valência colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados:

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Nutrição e Alimentação
- Lavagem e tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;

- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico;
- Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

Centro de Dia

O Centro de Dia, é uma resposta social desenvolvida em equipamento social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a sua autonomia física e neurológica.

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

Esta resposta funciona de Segunda-Feira a Domingo entre as 08h30 e as 20h, prestando os seguintes serviços:

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Cuidados de imagem;
- Tratamento de roupa;
- Higiene habitacional;
- Preparação e administração de medicação;
- Articulação com os serviços locais de saúde;
- Apoio social;
- Transporte.

Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social, que consiste em prestar cuidados individualizados e personalizados no domicílio, de carácter doméstico, psicológico, reabilitador, social, pessoal e educativo a indivíduos e famílias quando, por um motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente, a satisfação das suas necessidades e/ou atividades da vida diária.

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;

- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- Confeção, transporte e/ou distribuição de refeições;

Pode ainda assegurar outros serviços, nomeadamente;

- Serviços de saúde (ex: apoio na medicação, medição de glicemia, pequenos curativos, deslocações a serviços de saúde, etc...);
- Compras (ex: medicamentos, mercearia, etc...);
- Pagamento de contas (ex: eletricidade, telefone, etc...).

De forma a dar uma resposta integrada às necessidades dos beneficiários deste serviço, o serviço de Apoio Domiciliário conta com uma equipa com pessoal técnico e de apoio.

Lar Nossa Senhora de Fátima

O Lar Nossa Senhora de Fátima de Meda é uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 40 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta valência colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 32 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

- Alojamento;
- Nutrição e alimentação;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico e Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Atividade de Tempos Livres (ATL)

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) é um espaço destinado a crianças dos 6 aos 10 anos, onde esta faixa etária adquire, ou reforça conhecimentos do domínio cognitivo. Através de um conjunto de atividades, planeadas e registadas no Plano de Atividades do (CATL), trabalham-se competências das diferentes áreas do desenvolvimento, criando situações de interação e socialização, dando-se real significado a valores como a solidariedade, amizade, respeito, tolerância e responsabilidade. É também um espaço onde a estimulação da imaginação é a base para todas as atividades.

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi criado para apoiar os pais das crianças que frequentam a escola, com o objetivo de proporcionar às mesmas um espaço onde podem aprender e desfrutar dos tempos livres. O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi evoluindo ao longo dos anos no sentido da aprendizagem e de verdadeiros momentos de diversão. No início de cada ano letivo propõe-se ainda um conjunto de atividades extracurriculares, que se apresentam como uma oportunidade de enriquecimento escolar.

A nossa equipa educativa é formada por educadores sociais e auxiliares da ação educativa, que diariamente levam a cabo um conjunto de iniciativas, que vão de encontro às necessidades reveladas pelas crianças e pelas suas famílias e dividem-se entre atividades de estudo e atividades lúdico-pedagógicas.

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

Cantinas Sociais

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, tem como missão promover a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo aos grupos mais vulneráveis. A Cantina Social, surge como resposta a uma necessidade que decorre da atual conjuntura socioeconómica, que resultou no protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre a Santa Casa da Misericórdia de Meda e o Instituto de Segurança Social. A Cantina Social tem como objetivo suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Os Governos têm definido como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxilio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

Capacidade: 8 utentes, todos com acordo de Cooperação.

Programas e Projetos

No âmbito da sua atividade a Misericórdia de Mêda tem, adicionalmente, vindo a desenvolver diversos programas e projetos relacionados com a sua atividade com o objetivo de fortalecer

os cuidados aos utentes e contribuir para a melhoria da ação social no Concelho de Mêda. Durante o ano de 2023 a Misericórdia de Mêda esteve envolvida nos seguintes projetos:

- ➔ CLDS: terminou em agosto 2023 e tinha por objetivo chegar à população com diversas iniciativas de integração na comunidade promovendo a inclusão;
- ➔ Apoio ao acolhimento de Ucranianos no Município: protocolo firmado entre o Município e a Santa Casa a fim de dar acolhimento aqueles que em tempos de guerra nas suas terras necessitam de um lar.
- ➔ Aquisição de viatura para melhorar o apoio Domiciliário: Necessidade de aquisição de uma viatura elétrica para chegarmos aos nossos utentes de forma sustentável e mais ecológica.
- ➔ PO ACDM: distribuição de géneros alimentares comunitários pela população desfavorecida;

Além destas valências e programas, a Misericórdia de Mêda está ainda envolvida com o Bairro Social gerindo 18 habitações como forma de apoiar a população no acesso a habitação social.

Para responder às necessidades e expetativas dos utentes, de forma personalizada, cada uma das respostas sociais conta com uma equipa multidisciplinar, Animadores socioculturais; Assistente Social; Enfermeiros; Ajudantes de Lar e Centro de Dia; Auxiliares de Serviços Gerais; Cozinheiro; Ajudantes de Cozinha; Operadores de lavandaria; Motorista.

Tendo em conta que a situação económica descrita, sujeita a pressões inflacionistas e de crescimento de taxas de juros, se repercute na atividade operacional junto dos utentes das Misericórdias, o aumento do custo geral da atividade exige que sejam tomadas medidas ajustadas de controlo na aquisição de produtos. Assim, as despesas foram baseadas em critérios definidos pela Mesa Administrativa, os quais foram tomados com vista à continuação

do bem-estar dos utentes. De notar que, ao longo do ano foram sendo tomadas decisões e havendo negociações de valores de aquisição com os diversos fornecedores.

O ano de 2023 continuou, embora de forma mais ligeira, a ser marcado pela pandemia COVID-19, bem como pela guerra entre Ucrânia e Rússia, com forte impacto no custo dos produtos e energia, sendo que apesar do resultado líquido negativo de 51 677,55€, muito afetado pelas elevadas depreciações, o EBITDA continua a ser bastante positivo, tal como nos anos anteriores.

No que diz respeito às receitas principais da Instituição, entre elas as mensalidades dos utentes, rendimentos de rendas de habitações e subsídios do Estado e de outras Instituições, nomeadamente resultantes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, em 2023 a Santa Casa da Misericórdia de Mêda conseguiu obter um acréscimo de receitas de cerca de 88.400 comparativamente a 2022.

Os rendimentos obtidos com a atividade foram de cerca de 2 471 774,30 €, que resultam de um aumento de cerca de 88 416,50 €. Quanto aos custos essenciais de funcionamento, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda registou um aumento de cerca de 139 741,46€, comparativamente a 2022. Neste ano de 2023 o salário mínimo nacional aumentou, o que tem impacto no aumento no vencimento bruto dos funcionários, refletiu-se no presente exercício no aumento dos gastos com pessoal, tal como nos gastos com os fornecimentos e serviços externos se verificou um aumento dos custos da atividade devido ás pressões inflacionistas.

Análise das Demonstrações financeiras

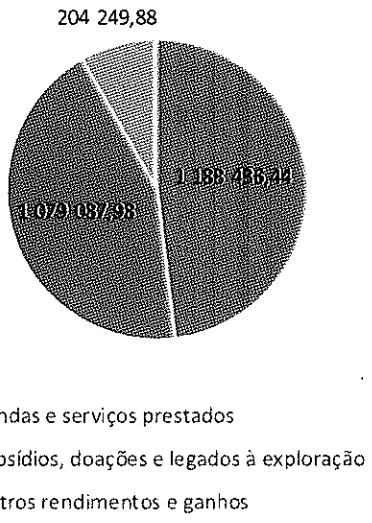
A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.

No exercício económico de 2023 os rendimentos globais atingiram o valor de 2 471 774,30 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

Rendimentos	2 023		2 022		variação	
Vendas e serviços prestados	1 188 436,44	48,1%	1 118 539,10	46,9%	69 897,34	6,2%
Subsídios, doações e legados à exploração	1 079 087,98	43,7%	1 015 632,14	42,6%	63 455,84	6,2%
Outros rendimentos e ganhos	204 249,88	8,3%	249 186,56	10,5%	-44 936,68	-18,0%
	2 471 774,30		2 383 357,80		88 416,50	3,7%

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano cresceram cerca de 3,7%, tendo ultrapassado os 2 milhões e 450 mil euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser principal fonte de rendimentos, mas percebe-se que a Instituição tem tido a capacidade para procurar apoios junto de diversas entidades oficiais, que se refletem num aumento de cerca de 63.456 euros nos subsídios arrecadados, os quais representam cerca de 43,7% dos rendimentos totais. Os outros rendimentos e ganhos referem-se principalmente aos rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais obtidos durante o ano.

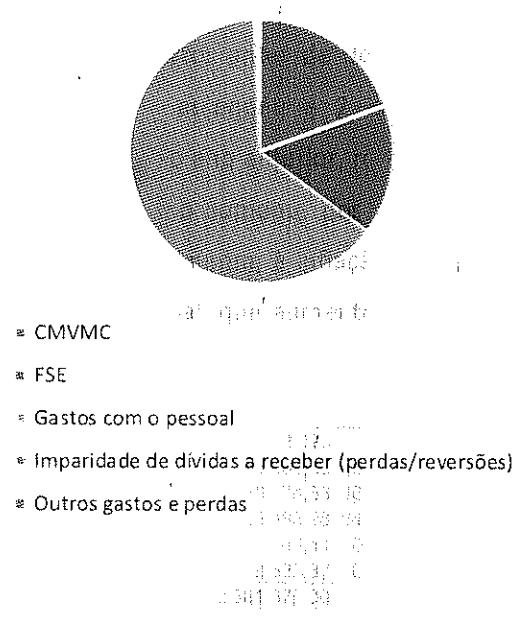
No que se refere ao ano de 2023 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:



No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2023 ascendeu a 2 381 876€, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor superior ao do ano anterior, representando um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior, que reflete o aumento dos gastos com pessoal e o aumento dos custos com produtos devido, principalmente, à inflação. De notar que a principal rubrica é a que se refere aos gastos com o pessoal, que aumentou ligeiramente em comparação com o valor do ano anterior.

Gastos	2 023		2 022		variação	
CMVMC	458 539,55	19,3%	398 516,13	17,7%	60 023,42	15,1%
FSE	380 174,66	16,0%	418 361,47	18,6%	-38 186,81	-9,1%
Gastos com o pessoal	1 526 486,98	64,1%	1 412 243,52	62,9%	114 243,46	8,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8 049,44	0,3%	11 367,26	0,5%	-3 317,82	-29,2%
Outros gastos e perdas	8 625,37	0,4%	4 963,98	0,2%	3 661,39	73,8%
	2 381 876,00		2 245 452,36		136 423,64	6,1%

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos.

Excluindo este efeito das depreciações e, apesar do período de COVID-19 e dos impactos da guerra entre Ucrânia e Rússia, que têm originou gastos extraordinários associados às pressões inflacionistas e à gestão da pandeia e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

O quadro abaixo resume os gastos e os rendimentos das valências com valores mais significativos.

	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	CENTRO DIA	ATL	FASE 2	APOIO DOMICILIARIO
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	151 783,17	140 895,83	16 717,14	2 207,28	65 492,79	79 400,73
Fornecimentos e serviços externos	150 782,19	64 868,92	58,09	9 315,24	8 684,55	30 388,26
Gastos com o Pessoal	642 351,25	302 294,94	4 076,29	38 240,23	328 648,84	45 430,93
Gastos de depreciação e de amortização	103 358,69	12 799,74	19,57	2,37	16 277,93	43,09
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	550,21	388,76	0,00	0,00	250,00	0,00
Gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	-514 040,68	-284 191,47	-12 121,58	-21 399,00	-273 571,17	-61 966,04
Subsídios, doações e legados à exploração	-427 348,98	-221 451,24	-9 356,33	-34 380,92	-138 121,22	-122 898,05
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	-2 798,84	-27 208,72	0,00	0,00	-499,25	-507,00
Resultado	104 637,01	-11 603,24	-606,82	-6 014,80	7 162,47	-30 108,08

A análise ao balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

	31/dez/23		31/dez/22	
Ativo não corrente	3 151 158,15	78,3%	3 290 283,86	79,4%
Ativo corrente	872 256,92	21,7%	856 163,20	20,6%
Total do activo	**4 023 415,07**		**4 146 447,06**	
Passivo não corrente	0,00		0,00	
Passivo corrente	-469 741,33	11,7%	-553 730,85	13,4%
Total do passivo	**-469 741,33**	**11,7%**	**-553 730,85**	**13,4%**
Total da situação líquida	**-3 553 673,74**	**88,3%**	**-3 592 716,21**	**86,6%**
Total do passivo e situação líquida	**-4 023 415,07**		**-4 146 447,06**	

Ao nível dos investimentos, o ano de 2023 não foi propicio à realização de investimentos significativos, pelo que se verifica uma diminuição do ativo total. Todavia, sempre orientando a sua política por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços, foram efetuados alguns investimentos em bens sempre que necessário para algumas das valências e, por norma, em substituição de outros bens antigos.

Principais riscos e incertezas

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irão permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas praticas de gestão financeira. Nesse sentido, também ao nível do risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, que permita manter a atividade sem correr riscos suplementares e manter a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.

Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os utentes e colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face a situação de pandemia ou não.

O despontar da guerra entre Ucrânia e Rússia tem trazido, para a Misericordia da Mêda, desafios acrescidos ao nível do aumento dos preços de matérias primas, serviços diversos e dos custos com pessoal, que têm obrigado a um esforço de encontrar alternativas que permitam manter a estabilidade económica e financeira, mantendo a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjunção de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar estes desafios.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar da guerra na Ucrânia, do conflito entre Israel e Palestina e dos constrangimentos que o COVID-19 tem imposto, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos fruo da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados com a política de depreciações. Prevê-se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2024 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

À data da elaboração deste relatório, a Rússia continua a invasão da Ucrânia, com impacto não apenas ao nível das sanções económicas à Rússia mas também no crescimento dos preços da energia e das matérias primas, com reflexo na inflação e, consequentemente, no ajustamento das taxas de juro. Mais recentemente deu-se o conflito na Palestina entre Israel e o Hamas que poderá ter impacto da economia da região e do mundo.

Ambos os eventos tiveram impacto limitado nas demonstrações financeiras preparadas para o presente ano. No entanto, os efeitos em 2024 poderão ser significativos, sobretudo nos custos da atividade, nomeadamente na energia, nos fatores de produção e nos custos com o pessoal. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação e/ou taxa de juro.

De 31 de dezembro de 2023, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, que incluem um total de Ativos de 4 023 415,07 Euros, Fundos Próprios de 3 553 673,74 Euros e Passivo de 469 741,33 Euros, sejam aprovadas.

A Mesa Administrativa propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 51 677,55 Euros seja aplicado em Resultados transitados.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 27 de fevereiro de 2024.

A Mesa Administrativa

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Anexo 38
1. Identificação da Entidade 38
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 40
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 41
3.1. Bases de Apresentação 41
3.2. Principais Políticas Contabilísticas 42
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas: 53
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros 53
3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período. 53
3.6. Acontecimentos subsequentes 53
4. Ativos Fixos Tangíveis 54
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis: 54
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: 55
4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte: 55
5. Ativos Intangíveis 56
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis: 56
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: 57
6. Custos de Empréstimos Obtidos 57
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam. 57
7. Inventários 57
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada. 57
7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade. 57

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão. 57
8. Rendimentos e Gastos 58
8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços. 58
8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais. 59
8.3. Rédito 59
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 59
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões. 59
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço 59
9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável 59
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias. 59
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas 60
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais. 60
10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades 60
10.3. Principais doadores 60
11. Instrumentos Financeiros 61
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.. 61

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor: 61
11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais. 62
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor..... 62
11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço: 62
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor. 66
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: 66
11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: 66
12. Subsídios, doações e legados à exploração 67
13. Fornecimentos e serviços externos 67
14. Outros rendimentos e Outros gastos 68
14.1. Outros rendimentos e ganhos 68
14.2. Outros gastos e perdas 68
15. Resultados Financeiros 68
16. Benefícios dos empregados 69
16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas. 69
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões. 69
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão: 69
17. Acontecimentos após data de Balanço 70
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço. 70
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 70
18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período. 70

18.2. Outras divulgações..... 70
19. Outras divulgações..... 70
19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:..... 70
19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados..... 70

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Balanço individual em 31 de dezembro de 2023

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 132 790,39	3 271 248,52
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	18 367,76	19 035,34
		3 151 158,15	3 290 283,86
Ativo corrente			
Inventários	7	34 267,02	22 744,90
Créditos a receber	11.5	102 427,43	138 354,21
Estado e outros entes públicos	11.5	5 200,54	5 198,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5	1 705,00	1 836,00
Diferimentos	11.5	18 205,22	16 523,72
Outros ativos correntes	11.5	79 516,08	155 515,91
Caixa e depósitos bancários	11.5	630 935,63	515 989,93
		872 256,92	856 163,20
Total do Ativo		4 023 415,07	4 146 447,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Resultados transitados	11.3	2 072 149,99	2 061 359,46
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	4.3 / 11.3	1 392 985,99	1 403 883,07
		3 605 351,29	3 605 457,84
Resultado líquido do período		(51 677,55)	(12 741,63)
Total dos Fundos patrimoniais		3 553 673,74	3 592 716,21
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	87 067,09	70 272,19
Estado e outros entes públicos	11.5	32 781,84	33 328,86
Diferimentos	11.5	70 865,48	197 743,39
Outros passivos correntes	11.5	279 026,92	252 386,41
		469 741,33	553 730,85
Total do Passivo		469 741,33	553 730,85
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		4 023 415,07	4 146 447,06

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2023

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	+	8	1 188 436,44	1 118 539,10
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	1 079 087,98	1 015 632,14
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(458 539,55)	(398 516,13)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(380 174,66)	(418 361,47)
Gastos com pessoal	-	16	(1 526 486,98)	(1 412 243,52)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	(8 049,44)	(11 367,26)
Outros rendimentos e ganhos	+	8 / 14.1	204 249,88	249 186,56
Outros gastos e perdas	-	14.2	(8 625,37)	(4 963,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		89 898,30	137 905,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(141 575,85)	(150 647,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(51 677,55)	(12 741,63)
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15		
Resultado antes de impostos	=		(51 677,55)	(12 741,63)
Resultado líquido do período	=		(51 677,55)	(12 741,63)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2023

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31.12.2023													31.12.2022
			5000	5002	5003	5004	5005	5006	5007	5010	5011	5012	5014	5020	Total	
			GERAL	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	CENTRO DIA	ATL	PASE 2	APOIO DOMICILIARIO	PARPO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EDA	CANTINA SOCIAL	CLUB 45	Total	
Vendas e serviços prestados	+	8	5 958,50	514 040,08	264 191,47	12 121,58	21 399,00	273 571,17	81 966,04	10 990,00			4 197,00		1 188 436,44	1 118 539,10
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	8		(151 783,17)	(140 895,83)	(16 717,14)	(2 207,28)	(65 492,79)	(79 400,73)				(2 042,61)		(458 539,55)	(396 516,13)
Resultado bruto	=		5 958,50	362 257,51	143 295,64	(4 595,56)	19 191,72	208 078,38	(17 434,69)	10 990,00			2 154,39		729 896,89	720 022,97
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	58 206,22	430 147,82	248 856,96	9 356,33	34 380,92	138 620,47	123 405,05	2 760,00	8 836,88	112 062,26	35,51	119 616,82	1 286 007,86	1 267 578,70
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 18	(142 225,53)	(793 133,44)	(367 163,86)	(4 134,38)	(47 866,47)	(337 333,39)	(75 819,19)	(9 710,34)	(3 784,21)	(43 502,16)	(1 056,03)	(92 051,08)	(1 917 473,08)	(1 844 732,29)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(10 143,64)	(103 908,90)	(13 188,50)	(19,57)	(2,37)	(16 527,93)	(43,09)	(5 961,83)			(78,04)	(306,35)	(150 201,22)	(155 611,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(88 203,45)	(104 637,01)	11 803,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 108,08	(1 942,17)	5 052,47	68 560,12	1 042,83	27 259,19	(51 677,55)	(12 741,63)
Resultados antes de impostos	=		(88 203,45)	(104 637,01)	11 803,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 108,08	(1 942,17)	5 052,47	68 560,12	1 042,83	27 259,19	(51 677,55)	(12 741,63)
Resultado líquido do período	=		(88 203,45)	(104 637,01)	11 803,24	606,82	6 014,80	(7 162,47)	30 108,08	(1 942,17)	5 052,47	68 560,12	1 042,83	27 259,19	(51 677,55)	(12 741,63)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2022

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31.12.2022													31.12.2021
			5000	5002	5003	5004	5005	5006	5007	5010	5011	5012	5014	5020	Total	
			GERAL	LAR	CASA REPOUSO ESTIVAR	CENTRO DE DIA	ATL	PASE 2	APOIO DOMICILIARIO	PARPO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EDA	CANTINA SOCIAL	CLUB 45	Total	
Vendas e serviços prestados	+	8	5 263,00	485 847,43	277 851,38	6 394,78	15 991,00	254 934,98	54 464,05	11 340,00			7 842,50		1 118 536,10	1 028 382,07
Custo das vendas e dos serviços prestados	-			(195 621,78)	(126 722,51)	(7 375,16)	(1 011,92)		(64 793,04)				(2 591,72)		(398 316,13)	(387 326,24)
Resultado bruto	=		5 263,00	290 225,65	150 938,87	(1 480,40)	14 979,08	254 934,98	(10 328,99)	11 340,00			5 250,78		720 022,97	641 055,83
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	73 897,80	404 446,30	229 809,45	8 373,88	31 836,16	120 049,72	105 902,03	2 760,00	8 836,88	106 542,41		113 024,75	64 367,51	1 267 578,70
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 18	(120 841,67)	(824 927,59)	(223 497,49)	(3 359,76)	(46 424,27)	(221 875,95)	(68 632,04)	(6 396,73)	(25 482,36)	(47 156,82)	(704,45)	(100 451,36)	(51 878,76)	(1 704 957,31)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(7 399,92)	(105 224,04)	(12 654,77)			(23 656,74)	(192,28)	(5 981,83)		(351,20)		(148,27)		(155 611,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(49 080,79)	(235 479,68)	44 596,06	1 533,73	(509,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	59 034,39	4 546,33	9 425,12	12 518,75	(77 863,67)
Gastos de financiamento (líquidos)	-	5/15														(11,66)
Resultados antes de impostos	=		(49 080,79)	(235 479,68)	44 596,06	1 533,73	(509,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	59 034,39	4 546,33	9 425,12	12 518,75	(77 875,33)
Resultado líquido do período	=		(49 080,79)	(235 479,68)	44 596,06	1 533,73	(509,03)	129 349,01	26 748,72	1 718,44	(16 645,68)	59 034,39	4 546,33	9 425,12	12 518,75	(77 875,33)

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Méda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2023

valores em Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores na entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6		140 215,31	2 061 359,46	1 403 883,07	(12 741,63)	3 592 716,21	3 592 716,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		3.5 / 11.3		23 532,16			23 532,16	23 532,16
	7		140 215,31	2 084 891,62	1 403 883,07	(12 741,63)	3 616 248,37	3 616 248,37
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11.3				(51 677,55)	(51 677,55)	(51 677,55)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						3 564 570,62	3 564 570,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados					(10 897,08)		(10 897,08)	(10 897,08)
Distribuições				(12 741,63)		12 741,63		
	10			(12 741,63)	(10 897,08)	(38 935,92)	(10 897,08)	(10 897,08)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+9+10		140 215,31	2 072 149,99	1 392 985,99	(51 677,55)	3 553 673,74	3 553 673,74

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Méda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2022

valores em Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6		140 215,31	2 139 234,78	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92	3 616 354,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos		3.5 / 11.3						
	7		140 215,31	2 139 234,78	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92	3 616 354,92
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11.3				(12 741,63)	(12 741,63)	(12 741,63)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						3 603 613,29	3 603 613,29
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados					(10 897,08)		(10 897,08)	(10 897,08)
Distribuições				(77 875,33)		77 875,33		
	10			(77 875,33)	(10 897,08)	65 133,70	(10 897,08)	(10 897,08)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	11=6+7+9+10		140 215,31	2 061 359,46	1 403 883,07	(12 741,63)	3 592 716,21	3 592 716,21

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Mêda

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

valores em Euros

RUBRICAS			NOTAS	PERÍODOS	
				31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes e utentes		+		1 237 468,66	1 150 580,20
Recebimentos de subsídios		+		1 017 220,30	1 083 793,68
Pagamentos a fornecedores		-		(832 784,54)	(877 712,97)
Pagamentos ao pessoal		-		(1 508 361,04)	(1 396 597,91)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(86 456,62)	(39 937,00)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		59 694,42	68 716,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		(26 762,20)	28 779,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(3 848,13)	(8 861,42)
Investimentos financeiros		-		(667,58)	(4 194,58)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+		144 818,40	103 674,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		140 302,69	90 618,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Doações		+		1 405,21	961,01
Pagamentos respeitantes a:					
Juros e gastos similares		-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			1 405,21	961,01
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			114 945,70	120 359,40
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	11.5	515 989,93	395 630,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	11.5	630 935,63	515 989,93

Anexo

1. Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

"A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929."

As atividades da Misericórdia de Mêda centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo. A Misericórdia tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

➔ **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

Nesta valência são prestados serviços de Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

➔ **Lar -Fase 2**

Esta valência tem capacidade internamento 33 utentes idosos, 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com cuidados de

saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

➔ **Centro de Dia**

Esta valência tem capacidade para 30 utentes idosas, 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com a Alimentação; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

➔ **Apoio Domiciliário**

Esta valência tem capacidade para 50 utentes, sendo que estão em Acordo de Cooperação apenas 36 utentes. Os serviços prestados são Alimentação; Higiene Pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de roupas.

➔ **Lar Nossa Senhora de Fátima**

Nesta valência existe uma capacidade de internamento de 40 utentes, sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados são: Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; alimentação tratamento de roupas; organização de atividades lúdico-recreativas; serviços Religiosos.

➔ **Atividade de Tempos Livres (ATL)**

Esta valência tem capacidade para 50 utentes, sendo que existe Acordo de Cooperação para 49 utentes. Serviços Prestados: Alimentação (Lanche); Acompanhamento nos trabalhos escolares; Organização de atividades lúdico-recreativas.

➔ **Cantinas Sociais**

No âmbito de um modelo de inovação social que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social, pretende-se garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas. Neste âmbito, existe uma capacidade para 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.

➔ **Outras atividades**

No âmbito da atividade são desenvolvidas atividades associadas ao CLDS, apoio à população carenciada e apoio de habitação social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 2022 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho; e NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Não existem quaisquer contas que que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11.5) e "*Diferimentos*" (Nota 11.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. Principais Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os *"Ativos Fixos Tangíveis"* encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

No "*Ativo fixo tangível*" são também reconhecidas as "*Propriedades de Investimento*", que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção

na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

b) Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

c) Ativos Intangíveis

Os *"Ativos Intangíveis"* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as *"Despesas de investigação"* incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um *"Ativo Intangível"* com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

d) Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

e) Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado: Alterações no preço do bem locado; Alterações na taxa de câmbio; Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os *"Clientes"* e as *"Outras contas a receber"* encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *"Perdas por Imparidade"* são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *"Caixa e depósitos bancários"* incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em *"Fornecedores"* e *"Outras contas a pagar"* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

g) Fundos Patrimoniais

A rubrica *"Fundos"* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *"Fundos Patrimoniais"* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

h) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

i) Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Os "*Encargos Financeiros*" de "*Empréstimos Obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidencias objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros. Nota-se que a atividade está estável com um nível de utilização dos serviços perto dos 100% e com resultados económicos positivo, tal como resulta de um EBITDA positivo.

3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo.

3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

A Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.

3.6. Acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que

dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) **Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Todas as classes de "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

b) **Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

c) **Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;**

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

d) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis						Totais
				Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 522 082,32	1 049 068,71	103 646,17	81 410,30	24 478,90	7 263 213,77
	Depreciações acumuladas				(2 772 058,44)	(867 363,34)	(103 646,17)	(79 221,77)	(20 772,89)	(3 843 062,61)
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 750 023,88	181 705,37		2 188,53	3 706,01	3 420 151,16
Movimentos do período 2022	Aquisições	Aquisições				1 240,01		504,42		1 744,43
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(124 875,02)	(22 503,27)		(2 934,32)	(334,46)	(150 647,07)
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 522 082,32	1 050 308,72	103 646,17	81 914,72	24 478,90	7 264 958,20
	Depreciações acumuladas				(2 896 933,46)	(889 866,61)	(103 646,17)	(82 156,09)	(21 107,35)	(3 993 709,68)
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 625 148,86	160 442,11		(241,37)	3 371,55	3 271 248,52
Movimentos do período 2023	Aquisições	Aquisições			3 117,72					3 117,72
	Transferências	Outras			2 323,21	(2 355,61)		241,37	(208,97)	
		Outras								
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(91 170,35)	(50 051,94)			(353,56)	(141 575,85)
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 527 523,25	1 047 953,11	103 646,17	82 156,09	24 269,93	7 268 075,92
	Depreciações acumuladas				(2 988 103,81)	(939 918,55)	(103 646,17)	(82 156,09)	(21 460,91)	(4 135 285,53)
	Perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 539 419,44	108 034,56			2 809,02	3 132 790,39

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

A entidade não possui qualquer bem com restrições de titularidade dados em garantia nem sujeitos a qualquer tipo de compromisso.

4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização;

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

A entidade não possui qualquer bem do ativo fixo sujeito a revalorizações

5. Ativos Intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) **Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;**

b) **Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e**

c) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis		Totais
		Programas de computador		
		Outros		
Em 31.01.2022	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) **Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e**

b) **Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.**

Inexistência de qualquer situação a relatar.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Note-se que a Entidade não tem qualquer financiamento bancário.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "*Inventários*" apresentava valores na tabela abaixo, sendo de referir que os valores da rubrica "*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*" se desdobram da seguinte forma:

- Géneros alimentares: 17 829,90€
- Fraldas: 0,00 €
- Produtos de Higiene Corporal: 16 437,12

- Produtos de Higiene Geral: 0,00 €
- Produtos de Enfermagem: 0,00 €

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2023	Inventários armazenados na entidade		34 267,02	34 267,02					34 267,02
	Perdas por imparidade								
			34 267,02	34 267,02					34 267,02
31.12.2022	Inventários armazenados na entidade		22 744,90	22 744,90					22 744,90
	Perdas por imparidade								
			22 744,90	22 744,90					22 744,90

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2023			Período 2022		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das Compras	Inventários no começo do período	+		22 744,90	22 744,90		23 933,72	23 933,72
	Compras	+		470 061,67	470 061,67		397 327,31	397 327,31
	Inventários no fim do período	-		34 267,02	34 267,02		22 744,90	22 744,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=		458 539,55	458 539,55		398 516,13	398 516,13
Totais		=		458 539,55	458 539,55		398 516,13	398 516,13

8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do rédito (e respetivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem

ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Inexistência de rendimentos excecionais

8.3. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2023			Período 2022		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	1 188 436,44	90,46%	6,25%	1 118 539,10	90,63%	8,77%
Juros						
Rendas	125 368,96	9,54%	8,42%	115 629,09	9,37%	11,21%
Royalties						
Dividendos						
Totais	1 313 805,40	100,00%	6,45%	1 234 168,19	100,00%	8,99%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes

10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

10.3. Principais doadores

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de *"Subsídios do Governo"* e *"Apoios do Governo"*:

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente	1-out-21	30-set-23		7 426,19	7 426,19
									7 426,19	7 426,19
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-23	31-dez-23	931 530,95		931 530,95
		CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	115 174,44		115 174,44
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	20 734,36	3 413,13	24 147,49
		Município da Meda	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	5 000,00		5 000,00
		PAC-PO APMC/2018	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-23	31-dez-23	5 243,02		5 243,02
									1 077 682,77	3 413,13	1 081 095,90
Reembolsáveis											
Totais									1 077 682,77	10 839,32	1 088 522,09

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição veículo	Permanente	1-out-21	30-set-23	17 327,77	7 426,19	24 753,96
									17 327,77	7 426,19	24 753,96
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-22	31-dez-22	849 981,00		849 981,00
		Segurança Social	Adiantamento Acordo	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-23	31-dez-23	58 134,93		58 134,93
		CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	30-set-23	103 599,63	120 912,74	224 512,37
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	40 918,01		40 918,01
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	6 828,49		6 828,49
		IAPMEI	Projeto	IAPMEI	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	8 344,00		8 344,00
		Município da Méda	Projeto	Município da Méda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-22	31-dez-22	5 000,00		5 000,00
									1 072 806,06	120 912,74	1 193 718,80
Reembolsáveis											
Totais									1 090 133,83	128 338,93	1 218 472,76

(Valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2023				Período 2022			
		Demonstração dos resultados		Balanço		Demonstração dos resultados		Balanço	
				Reconhecidos no passivo				Reconhecidos no passivo	
		Reconhecidas como subsídio à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídio à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor		10 897,08	234 617,52			10 897,08	245 514,60		
		Postos Elétricos				24 753,96				24 753,96	
				10 897,08	234 617,52	24 753,96		10 897,08	245 514,60	24 753,96	
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social		931 530,95				908 115,93			
		CLOSP/POSE		115 174,44				103 599,63			
		IEFP		20 734,36				40 916,01			
		Segurança Social						8 828,49			
		IAPMEI						8 344,00			
		Municipio da Mêda		5 000,00				5 000,00			
		PAC/PC APM/2021B		5 243,02							
				1 077 682,77				1 072 806,06			
Reembolsáveis											
Totais			1 088 579,85	234 617,52	24 753,96			1 083 703,14	245 514,60	24 753,96	

11. Instrumentos Financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) **Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);**

b) **Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;**

c) **Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e**

d) **Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.**

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Teóricos							
Reservas							
Resultados transitados	2 139 234,79		77 875,33	2 061 359,46	23 532,16	12 741,63	2 072 149,99
Excedentes de Revalorização							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 414 780,15		10 897,08	1 403 883,07		10 897,08	1 392 985,99
Resultado Líquido do Período	(77 875,33)	77 875,33	12 741,63	(12 741,63)	12 741,63	51 677,55	(51 677,55)
	3 616 354,92	77 875,33	101 514,04	3 592 716,21	36 273,79	75 318,26	3 553 673,74

11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) **Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e**

b) **Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.**

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "*Investimentos Financeiros*":

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2023	Período 2022
Fundo de Compensação do trabalho	18 367,76	19 035,34
...		
	18 367,76	19 035,34

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "*Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo*":

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2023			Período 2022		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Créditos a receber	277 841,62	(175 414,19)	102 427,43	299 101,53	(160 747,32)	138 354,21
	Fundadores / benemêritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	1 705,00		1 705,00	1 836,00		1 836,00
	Estado e outros entes públicos	5 200,54		5 200,54	5 198,53		5 198,53
	Outros ativos correntes	79 516,08		79 516,08	155 515,91		155 515,91
		364 263,24	(175 414,19)	188 849,05	461 651,97	(160 747,32)	300 904,65
Passivos financeiros	Fornecedores	87 067,09		87 067,09	70 272,19		70 272,19
	Fundadores / benemêritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	32 781,84		32 781,84	33 328,86		33 328,86
	Outros passivos correntes	279 026,92		279 026,92	252 386,41		252 386,41
		398 875,85		398 875,85	355 987,46		355 987,46

No que se refere ao "*Estado e outros entes públicos*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2023			Período 2022		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRS - Retenções na fonte		4 871,94	(4 871,94)		6 982,68	(6 982,68)
IVA	5 200,54		5 200,54	5 198,53		5 198,53
Segurança Social		27 909,90	(27 909,90)		24 718,20	(24 718,20)
FCT / FGCT					1 627,98	(1 627,98)
Outras Divas AT						
	5 200,54	32 781,84	(27 581,30)	5 198,53	33 328,86	(28 130,33)

No que se refere aos "*Outros ativos correntes*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros ativos correntes	Período 2023	Período 2022
Pessoal		
Outros devedores	79 122,25	155 168,19
Saldos devedores de fornecedores	393,83	347,72
Acréscimo de Rendimentos		
	79 516,08	155 515,91

No que se refere aos "*Outros passivos correntes*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros passivos correntes	Período 2023	Período 2022
Remunerações a pagar		216,25
Fornecedores de investimento	2 973,30	3 703,71
Credores por acréscimos de gastos	232 623,57	211 347,86
Outros devedores e credores	43 055,73	36 278,27
Adiantamentos de clientes	374,32	838,32
Clientes saldos credores		
	279 026,92	252 386,41

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Diferimentos	Periodo 2023	Periodo 2022
Ativo		
Seguros Automovel	1 363,73	1 222,56
Seguros Multirscos Riscos	4 172,91	3 745,23
Seguros Acidenes pessoais	478,83	995,26
Contrato Assisténcia F3M	1 646,66	1 539,04
Seguro Acidentes de Trabalho	10 250,18	9 021,63
Outros	292,91	
	18 205,22	16 523,72
Passivo		
Acordos de Cooperação Seguranças Social	23 699,84	58 134,93
IEFP	474,06	12 966,79
POISE CLDS		68 900,09
Petrogal	11 000,00	22 000,00
PRR - Aquisição veiculo eletrico	24 753,96	24 753,96
Rendas	10 937,62	10 987,62
PAC-PO AMPC/2018		
	70 865,48	197 743,39

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Caixa e Depósitos Bancários	Periodo 2023	Periodo 2022
Caixa	1 676,00	1 833,02
Depósitos à Ordem	629 259,63	514 156,91
	630 935,63	515 989,93

11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) **Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
b) **Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
c) **Outros créditos;**
d) **Fundos subscritos e não realizados;**
e) **Diferimentos.**

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) **Empréstimos por obrigações;**
b) **Dívidas a instituições de crédito;**
c) **Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
d) **Dívidas por compras e prestações de serviço;**
e) **Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
f) **Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
g) **Outras dívidas;**
h) **Diferimentos.**

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

(valores expressos em euros)

Subsídios e Doações	Período 2023	Período 2022
Doações	1 405,21	961,01
Ativo Fixo Tangível		
Donativos particulares e empresas	1 405,21	961,01
Subsídios ao Investimento	10 897,08	10 897,08
Imputação a rendimento	10 897,08	10 897,08
Subsídios à exploração	1 077 682,77	1 014 671,13
Subsídios – Instituto Solidariedade e Seguração Social	931 530,95	849 981,00
POPH	115 174,44	103 599,63
IEFP	20 734,36	40 918,01
COVID-19		
PAC-PO APMC/2018	5 243,02	6 828,49
Município da Méda	5 000,00	5 000,00
IAPMEI		8 344,00
	1 088 579,85	1 025 568,21

Os "*Subsídios e Apoios do Governo*" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2023	Período 2022	Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2023	Período 2022
Trabalhos especializados	40 134,76	56 961,29	Água	17 395,39	10 506,14
Honorarios	41 702,52	25 090,12	Deslocações e estadas	1 931,34	370,21
Conservação e reparação	89 816,32	95 178,52	Rendas e alugueres	915,33	1 524,65
Serviços bancários	1 754,29	1 580,44	Comunicação	7 191,14	6 193,45
Ferramentas e utens desgaste rapido	13 710,89	13 576,25	Seguros	10 982,67	10 029,34
Material de escritorio	3 117,21	3 316,92	Contencioso e notariado	745,19	0,00
Artigos para oferta	1 478,80	3 610,46	Limpeza, higiene e conforto	14 907,18	4 999,78
Restantes Materiais	0,00	49,00	Outros serviços	3 302,10	7 245,28
Electricidade	38 140,31	62 922,05	Quotas		29,86
Combustiveis	92 949,22	115 157,71	Total	380 174,66	418 361,47

14. Outros rendimentos e Outros gastos

14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "*Outros rendimentos e ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos e Ganhos	Período 2023	Período 2022
Rendimentos suplementares	62 249,22	98 931,17
Ganhos em inventários	1 292,44	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	125 368,96	115 669,09
Outros	15 339,26	34 586,30
	204 249,88	249 186,56

14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	Período 2023	Período 2022
Impostos	1 991,93	1 735,16
Outros	6 633,44	3 228,82
	8 625,37	4 963,98

15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Resultados Financeiros	Período 2023	Período 2022
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Custas e Taxas		
Outros gastos e perdas de financiamento		

16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) **Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;**

b) **Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e**

c) **Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2023		Período 2022	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	106	101	98	99
Cooperantes				
Voluntários				

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2023	Período 2022
Remunerações ao Pessoal	1 252 861,54	1 159 754,66
Encargos sobre remunerações	253 408,61	236 916,73
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	18 648,01	15 405,33
Outros gastos com o pessoal	1 567,82	166,80
Totais	1 526 486,98	1 412 243,52

17. Acontecimentos após data de Balanço

17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

De 31 de dezembro de 2023 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.

18.2. Outras divulgações

Nos termos da legislação, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.

Dando cumprimento à legislação, informa-se que, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social.

À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.

19. Outras divulgações

19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

a) **Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e**

b) **Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).**

19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade.

A atividade desenvolvida no exercício de 2023 refletiu os efeitos da guerra entre Ucrânia e Rússia, nomeadamente com o aumento dos preços da energia e dos produtos em geral. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se no aumento dos custos da atividade.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, da guerra Rússia-Ucrânia, e do conflito em Israel e Gaza, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas valências desenvolvidas.

Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a outros apoios como forma de melhorar a sua situação financeira e económica.

A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de *cash-flow* e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos destas crises, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras. Também os fundos patrimoniais evidenciam já uma situação patrimonial bastante positiva.

A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.

Mêda, 27 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Brando Lopes

António José Borges Prata

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados e o Balanço exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Mêda, 27 de fevereiro de 2024

O CONSELHO FISCAL,

Carlos Manuel Ferreira Sampaio
Presidente

Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira
Vogal

Palmira Maria Sião Martins Carneiro
Vogal